

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS
SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE PETROLINA E A
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE
SANEAMENTO - COMPESA, COM
INTERVENIÊNCIA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO.**

O **MUNICÍPIO DE PETROLINA**, representado neste ato pelo Senhor Prefeito, Odacy Amorim de Souza, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da cédula de identidade nº 434.283 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 774.793.514-53, residente na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, na Rua Miguelângelo, nº 10, bairro Portal das Águas, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO ou CONCEDENTE**; e, de outro lado,

A **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**, representada neste ato pelo seu Diretor Presidente, João Bosco de Almeida, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da cédula de identidade nº 157.083-SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 059.132.414-87, residente na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Av. 17 de Agosto, 892, Ap. 801, bairro Casa Forte, doravante denominada **COMPESA ou CONCESSIONÁRIA**,

E, ainda, na qualidade de **INTERVENIENTE**, O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, representado neste ato pelo Senhor Governador, Eduardo Henrique Accioly Campos, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de Identidade nº 1.791.883 SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob nº 453.347.734-87, residente na cidade de Recife,

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

Julio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

Estado de Pernambuco, na Rua Luis da Mota Silveira,
nº 121; bairro Dois Irmãos,

CONSIDERANDO:

- a) Que as condições pactuadas no termo de rescisão amigável e respectivo Termo Aditivo, firmados, respectivamente, em 26 de janeiro de 2003 e 17 de setembro de 2003, entre o Município de Petrolina e a Companhia Pernambucana de Saneamento, figurando o Estado de Pernambuco como interveniente, visando a assunção, pelo Município de Petrolina, da execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por intermédio de ente vinculado ou por delegação, não chegaram a ser implementadas;
- b) Que, diante da ausência de concretização da rescisão amigável antecipada do Contrato de Concessão firmado em 06 de novembro de 1975 entre o MUNICÍPIO e a COMPESA, esta Companhia permanece explorando ininterruptamente os serviços com base naquele instrumento desde a data da sua assinatura.
- c) Que as partes chegaram a um acordo acerca da não implementação do Termo de Rescisão Amigável do Contrato de Concessão e, sua conseqüente revogação, na forma do Memorando de Entendimento, firmado em 19 de setembro de 2007, procedendo a ajustes outros quanto à continuidade da exploração dos serviços na forma originalmente pactuada e com base no novo marco regulatório nacional do saneamento;
- d) Ainda, a necessidade de adaptar a prestação dos serviços disciplinada na forma do contrato de concessão em vigor, aos ditames da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que

estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;

- e) Por fim, que a legislação em vigor permite a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário com fulcro no contrato de concessão pública já existente, devendo ser respeitados os ajustes em vigor, bem como que as partes detêm todas as autorizações para tanto;


Resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários no âmbito do território do Município de Petrolina, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1 - DAS DEFINIÇÕES:

1. Além das definições utilizadas no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, neste ADITIVO e em seus Anexos, os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

I. **SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:**
conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água tratada, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II. **SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:**
são as atividades infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto


PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
João José Gomes dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

- III. **ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO:** Compreendem o limite territorial do Município de Petrolina;
- IV. **SISTEMA EXISTENTE:** é o atual conjunto de bens, instalações, equipamentos e edificações dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, objeto da CONCESSÃO;
- V. **SISTEMA:** é o SISTEMA EXISTENTE e as suas futuras melhorias e ampliações a serem realizadas pela CONCESSIONÁRIA;
- VI. **TARIFA DE SANEAMENTO BÁSICO** ou **TARIFA:** é o valor pecuniário a ser cobrado pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS em virtude da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;
- VII. **TARIFA BÁSICA:** é o valor da tarifa, baseada no consumo de água por metro cúbico para a primeira categoria de consumo excedente à cobrança mínima, nos termos do disposto no REGULAMENTO DE SERVIÇOS, contido no Anexo II;
- VIII. **TARIFA MÉDIA:** é o valor da tarifa calculada pela divisão do faturamento da água ou esgoto dividido pelos metros cúbicos de água ou esgoto faturados;
- IX. **USUÁRIOS:** são as pessoas ou grupo de pessoas que se utilizam dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.
- X. **CONTRATO DE CONCESSÃO:** é o contrato firmado entre o Município de Petrolina e a COMPESA, em 06 de novembro de 1975, com base em autorização legislativa expressa (Lei Municipal nº 09/72), objeto de aditamento;
- XI. **REGULAMENTO DOS SERVIÇOS:** é o conjunto de normas que regulam a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO na área da Concessão, contido no Anexo I;

- XII. **SERVIÇO ADICIONAL:** é todo e qualquer serviço não relacionado aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO ou aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, que poderá ser prestado pela CONCESSIONÁRIA, na forma prevista neste CONTRATO, com a utilização dos bens afetos ou vinculados aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;
- XIII. **SERVIÇO COMPLEMENTAR:** é o serviço auxiliar, complementar e e/ou correlato aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, compreendendo as atividades de corte, religação, expedição da segunda via de conta, entre outras;
- XIV. **RECEITA ADICIONAL:** é toda e qualquer receita decorrente da prestação de SERVIÇO ADICIONAL, não relacionado aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO ou aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, que poderá ser explorada pela CONCESSIONÁRIA;
- XV. **RECEITA COMPLEMENTAR:** é a receita oriunda dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
- XVI. **RECEITA DA CONCESSÃO:** é a receita oriunda da prestação dos SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, acrescida da RECEITA COMPLEMENTAR e da RECEITA ADICIONAL;
- XVII. **REAJUSTE:** é a correção periódica dos valores das TARIFAS, dentro do prazo permitido por lei e de acordo com os critérios estabelecidos no CONTRATO, mediante a utilização de fórmulas paramétricas e respectivos índices, desde que previamente aprovada pela ARPE;
- XVIII. **REVISÃO:** é a alteração ordinária ou extraordinária do valor das TARIFAS, para mais ou para menos, observadas as condições previstas neste CONTRATO e na legislação aplicável;

- XIX. **REGULAÇÃO:** é a atividade de regulação operacional, técnica e de fiscalização dos serviços a ser exercida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de Petrolina e, por delegação desta, mediante convênio, no tocante à regulação econômica e política tarifária, pela Agência de Regulação dos Serviços Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE;
- XX. **UNIVERSALIZAÇÃO:** ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;
- XXI. **CONTROLE SOCIAL:** conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.
2. Integram o presente Termo Aditivo, para todos os efeitos jurídico-legais, os seguintes Anexos:

Anexo I - REGULAMENTO DOS SERVIÇOS para Prestação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico (Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos).

Anexo II - Tarifas e Estrutura Tarifária

Anexo III - Programa de Metas

Anexo IV - Plano de Ação e Investimento

cláusula 2 - DA RATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

1. Constitui objeto deste Aditivo a ratificação da outorga à COMPESA, da concessão, em caráter exclusivo, para exploração dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO no limite territorial do MUNICÍPIO, na forma da

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Julio José Torres dos Santos
Procurador Municipal

Cláusula 1.1 do Contrato de Concessão ora aditado.

2. Os serviços concedidos serão prestados pela COMPEsa, nas ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO, mediante a exploração do SISTEMA EXISTENTE e a cobrança de TARIFAS diretamente aos USUÁRIOS do serviço, na forma estabelecida neste Termo Aditivo ao CONTRATO DE CONCESSÃO.

cláusula 3 - DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

3.1 Objetivos e Metas da CONCESSÃO

1. Além das disposições contidas no CONTRATO DE CONCESSÃO, não modificadas por este ADITIVO, a CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas de ampliação dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários constantes do Anexo III, que estabelece, dentro dos limites territoriais do Município, os percentuais obrigatórios de população atendida pelos serviços durante o prazo da CONCESSÃO.
2. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar relatórios anuais de desempenho, os quais serão publicados juntamente com o balanço patrimonial, de forma clara e destacada, em jornal de grande circulação na ÁREA AFETA À CONCESSÃO, como também em rede virtual de grande alcance, de modo a divulgar as metas e resultados alcançados no ano imediatamente anterior.
3. A CONCESSIONÁRIA, nos projetos de implantação, ampliação e/ou recuperação de sistemas, deverá zelar pela boa condição de Saúde da população.
4. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA ficar impedida de prestar parcialmente os Serviços Públicos de Abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos casos de intervenção ou extinção parcial da concessão, o CONCEDENTE promoverá a redução proporcional dos objetivos e metas da concessão,

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Julio José Moraes dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

limitada à parte do serviço que for a concessionária impedida de prestar, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições contratuais aplicáveis à espécie.

3.2 - DOS BENS QUE INTEGRAM A CONCESSÃO

1. A CONCESSÃO será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerados como necessários e vinculados à adequada execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.
2. Integrarão também a CONCESSÃO todos os bens que venham a ser adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA ao longo do período de CONCESSÃO, necessários e vinculados à execução adequada dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO nas ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO.
3. Os bens afetos à CONCESSÃO não poderão ser alienados ou onerados pela CONCESSIONÁRIA, por qualquer forma, e reverterão ao CONCEDENTE quando da extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO.
4. Os bens da CONCESSIONÁRIA que não estejam afetos à CONCESSÃO e, portanto, não sejam considerados como essenciais à execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, poderão ser onerados ou alienados pela CONCESSIONÁRIA, desde que tal oneração ou alienação não afete a qualidade dos SERVIÇOS prestados nem acarrete a diminuição das condições econômicas, técnicas ou operacionais da CONCESSIONÁRIA, para continuidade da adequada prestação dos SERVIÇOS.
5. Os bens afetos à concessão deverão estar devidamente registrados na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, de modo a permitir a sua fácil identificação;

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Júlio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
Petrolina, PE

6. Os bens existentes à época da assinatura deste instrumento, de propriedade das partes, serão inventariados até o término do exercício subsequente ao da assinatura deste Instrumento e registrados na contabilidade da CONCESSIONÁRIA e no setor de Patrimônio do CONCEDENTE, não se incluindo no rol de bens indenizáveis por ocasião do término da concessão;
7. Os bens adquiridos e integrados à concessão, em virtude de aquisição mediante investimentos não onerosos, decorrentes de repasses de recursos federais, não serão computados para fins de indenização, quando do término da concessão.

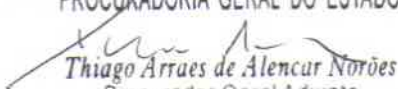
3.3 - DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA EXISTENTE

1. Os bens afetos à CONCESSÃO integrantes do SISTEMA EXISTENTE deverão ser reformados, substituídos, conservados, operados e mantidos em suas condições normais de uso, de tal maneira que, quando devolvidos ao CONCEDENTE, encontrem-se em seu estado normal de utilização, excetuado o desgaste normal proveniente de seu funcionamento.
2. O CONCEDENTE, ressalvadas as disposições legais em contrário, não responderá por passivos ocultos ou não, insubsistência de ativos nem por eventuais vícios redibitórios em relação aos bens afetos à CONCESSÃO.

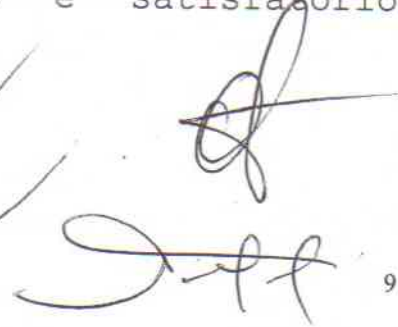
3.4 - DO Serviço PÚBLICO Adequado

1. A CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO, deverá prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO de acordo com o disposto no CONTRATO DE CONCESSÃO, visando o pleno e satisfatório atendimento dos USUÁRIOS.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO


Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto


PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Julio Jose Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE



2. Para os efeitos do que estabelece o item anterior e sem prejuízo do disposto no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, serviço adequado é o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das TARIFAS cobradas dos seus USUÁRIOS.

3. Ainda para os fins previstos no item anterior, considera-se:

- a) **regularidade:** a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO nas condições estabelecidas na CONCESSÃO, no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e em outras normas técnicas em vigor;
- b) **continuidade:** a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO e de sua oferta à população das ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO, nas condições estabelecidas na CONCESSÃO e no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS;
- c) **eficiência:** a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e na legislação sanitária, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da CONCESSÃO, pelo menor custo possível;
- d) **segurança:** a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS,

que assegurem a segurança dos USUÁRIOS, da comunidade e do meio ambiente;

- e) **atualidade:** modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO na medida da necessidade dos USUÁRIOS das ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas da CONCESSÃO;
- f) **generalidade:** universalidade da prestação dos serviços, ou seja, assegurado o direito de acesso aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO a todos os tipos e categorias de USUÁRIOS estabelecidos nas ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO, observadas as metas previstas no Anexo II;
- g) **cortesia na prestação dos serviços:** tratamento aos USUÁRIOS com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações;
- h) **modicidade:** a justa correlação entre os encargos da CONCESSÃO, a remuneração da CONCESSIONÁRIA, e a contraprestação pecuniária paga pelos USUÁRIOS.

4. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção pela CONCESSIONÁRIA em situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens ou por razões de ordem técnica, nas seguintes hipóteses:

4.1. Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza no SISTEMA;

4.2. Negativa do USUÁRIO em permitir a instalação do dispositivo de leitura de água

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Julio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

- consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;
- 4.3. Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da CONCESSIONÁRIA, por parte do USUÁRIO;
- 4.4. Eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, plenamente justificados e aceitos pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Petrolina - ARMUP;
- 4.5. Inadimplemento do USUÁRIO quanto ao pagamento da TARIFA, mesmo após ter sido formalmente notificado para efetuá-lo, na forma da lei e deste CONTRATO.
5. A interrupção motivada por razões de ordem técnica deverá ser previamente comunicada à Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Petrolina - ARMUP e ao USUÁRIO, com antecedência compatível a ser fixada pela ARMUP, salvo nos casos de iminente ameaça ou comprometimento da segurança de instalações ou pessoas, a juízo da CONCESSIONÁRIA;
6. Cabe à CONCESSIONÁRIA, em qualquer uma das hipóteses acima, adotar as providências cabíveis, no sentido de reduzir a descontinuidade do serviço ao prazo estritamente necessário.
7. A CONCESSIONÁRIA passará a prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO assim que as instalações do USUÁRIO estiverem em conformidade com as normas estabelecidas pelas autoridades competentes.
8. A CONCESSIONÁRIA poderá recusar a execução dos serviços ou interrompê-los sempre que considerar a instalação, ou parte dela, insegura, inadequada ou não apropriada para receber os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ou que interfira com sua continuidade ou qualidade.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Júlio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

9. O USUÁRIO deverá manter as instalações de sua unidade nas condições de utilização estabelecidas pelas autoridades competentes e pela CONCESSIONÁRIA.
10. A CONCESSIONÁRIA não poderá condicionar a ligação ou religação da unidade do USUÁRIO ao pagamento de valores não previstos no instrumento que regulam a CONCESSÃO ou no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, bem como de débitos não imputáveis ao USUÁRIO; ou, ainda, interromper, por decisão própria, a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ressalvadas as hipóteses previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus aditamentos.

3.5. DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. À exceção da política tarifária, que será acompanhada e regulada pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, nos termos do convênio a ser celebrado na forma do item 5 desta Cláusula, as atividades de regulação e fiscalização dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO serão exercidas pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Petrolina - ARMUP.
2. Pelo exercício da atividade de regulação, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Petrolina - ARMUP fará jus a remuneração, sob a forma de taxa, em percentual equivalente a 3% (três por cento) do faturamento da CONCESSIONÁRIA nas ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO, decorrente dos SERVIÇOS objeto da regulação, apurado no exercício imediatamente anterior.
3. A política tarifária aplicável à CONCESSÃO deverá obedecer às normas editadas e em vigor no âmbito do Estado de Pernambuco, constante do

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Julio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

Anexo II deste Instrumento e será executada sob responsabilidade da ARPE - Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco.

4. A CONCESSIONÁRIA adequará sua política interna de preços de modo a assegurar que, nas ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO, a tarifa para o serviço de esgotamento sanitário, referente aos usuários residenciais que consomem até 20 m³, não ultrapasse o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa de água, mantendo-se, em relação aos demais usuários de esgoto, inclusive de esgoto condominial intra-lotes, as tarifas em vigor na data da assinatura deste ADITIVO.
5. No prazo máximo de até 90 (noventa) dias da assinatura deste ADITIVO, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Petrolina - ARMUP, firmará convênio com a Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, por intermédio do qual será delegada a atividade de regulação concernente à política econômica e tarifária vigente no âmbito da ÁREA AFETA À CONCESSÃO.

3.6 - DO EQUILÍBRIO Econômico-Financeiro do CONTRATO

1. A TARIFA será preservada pelas regras de REAJUSTE e REVISÃO previstas na Lei n° 8.987/95, de acordo com as disposições constantes neste CONTRATO e no Anexo II, com a finalidade de assegurar à CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO.
 - 1.1. A estrutura tarifária constante do Anexo II somente será alterada nas hipóteses expressamente previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO ou mediante processo de REVISÃO, **ordinária ou**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Julio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
Petrolina PE

extraordinária, visando a assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da CONCESSÃO.

2. Constitui uma das hipóteses ensejadoras do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a ser apreciado pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE e ARMUP, o elevado nível de inadimplemento das instituições governamentais e não governamentais de relevante interesse social e utilidade pública, bem como o inadimplemento verificado nas áreas onde se encontram localizadas favelas ou população de baixa renda, desde que as consequências de tal inadimplemento para a CONCESSIONÁRIA e para a adequada prestação dos serviços públicos sejam demasiadamente onerosas para a continuação da prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA exclusivamente nestas áreas, esgotada a utilização de outras medidas para solucionar o problema.
3. Restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro em virtude do exposto supra, a TARIFA a ser praticada pela CONCESSIONÁRIA deverá considerar, em sua estrutura, os fatos que originaram o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, de modo tal que a CONCESSIONÁRIA não poderá requerer futuras REVISÕES calcadas nos mesmos fatos que provocaram o anterior pedido de REVISÃO.
4. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA, sem culpa, ficar impedida de prestar parcialmente os SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS, nos casos de intervenção ou extinção parcial da CONCESSÃO, o CONCEDENTE, ouvida a ARMUP e a ARPE, na forma do convênio de que trata o item 5 da Cláusula 3.5 deste ADITIVO, promoverá o reequilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.
5. As multas eventualmente recebidas pela CONCESSIONÁRIA não serão computadas para fins de

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Julio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

3.7 - DAS FONTES DE RECEITAS:

1. A CONCESSIONÁRIA terá direito a receber, pela execução dos SERVIÇOS prestados, a TARIFA mencionada no CONTRATO e seus Anexos, incluídos os valores relativos à cobrança de juros e multa de mora.
2. A CONCESSIONÁRIA terá igualmente direito de auferir a receita decorrente da prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO estabelecidos no CONTRATO DE CONCESSÃO.
3. Os valores das Receitas Complementares decorrentes da prestação dos Serviços Complementares, pela CONCESSIONÁRIA, serão reajustados nos mesmos percentuais e na mesma ocasião do REAJUSTE das TARIFAS, após prévia aprovação da ARPE, para os fins de manter-se inalterado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, inicialmente pactuado.
4. As RECEITAS ADICIONAIS, que são as decorrentes de qualquer outra fonte de receita não prevista no CONTRATO DE CONCESSÃO e neste ADITIVO e desde que decorrentes de SERVIÇOS ADICIONAIS não relacionados à atividade exercida pela CONCESSIONÁRIA nas ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO, com a utilização dos bens afetos ou vinculados à CONCESSÃO, poderão ser auferidas diretamente pela CONCESSIONÁRIA, desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, observado o disposto no artigo 11 da Lei 8.987/95.

4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter escrituração contábil que permita ao CONCEDENTE e à ARMUP a efetiva e permanente análise dos resultados da exploração do

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Nôrões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Júlio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

SERVIÇO ADICIONAL. Aplicam-se ao SERVIÇO ADICIONAL as normas estabelecidas neste CONTRATO relacionadas à fiscalização a cargo da ARMUP e do CONCEDENTE.

3.8 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ADICIONAIS

1. A autorização para a exploração de SERVIÇOS ADICIONAIS poderá ser conferida pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA por prazo determinado, permitindo-se renovações, ou por prazo indeterminado.
2. O início da execução de qualquer SERVIÇO ADICIONAL que implique em RECEITA ADICIONAL deverá ser sempre previamente acordado com a CONCEDENTE.
3. Os prazos dos eventuais contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA, que envolvam a exploração comercial dos bens afetos ou vinculados à CONCESSÃO, nos termos do item supra, não poderão ultrapassar o prazo da autorização ou da CONCESSÃO previsto neste CONTRATO ou de sua eventual prorrogação.
4. A ocupação dos bens afetos ou vinculados à CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA ou terceiros estará subordinada ao fiel cumprimento das Cláusulas previstas neste CONTRATO.
5. Não serão admitidas atividades que deteriorem os bens afetos ou vinculados à CONCESSÃO por agentes poluidores de qualquer natureza.
6. As atividades permitidas estarão sujeitas, naquilo que lhes for pertinente, à legislação aplicável e ao cumprimento das normas e posturas municipais vigentes.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO


Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto





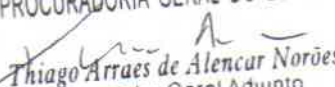

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Júlio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE


3.9 - DO SISTEMA DE COBRANÇA

1. As TARIFAS e RECEITAS COMPLEMENTARES serão cobradas aos USUÁRIOS que se encontrem dentro das ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO.
2. A CONCESSIONÁRIA efetuará as medições dos consumos de água ou, para os casos de não-hidrometração, estimará os consumos e emitirá, com base em medições ou estimativas, a cobrança dos valores devidos aos respectivos USUÁRIOS, nos termos dos parâmetros estabelecidos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS.
3. Serão também lançados nas contas de consumo dos USUÁRIOS, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e SERVIÇOS COMPLEMENTARES executados.
4. A CONCESSIONÁRIA poderá contratar outra(s) empresa(s), instituição financeira ou não, para funcionar(em) como agente(s) arrecadador(es) das quantias mencionadas nesta Cláusula, bem como para exercer as funções previstas no item 2 supra.
 - 4.1. A CONCESSIONÁRIA, na forma da lei aplicável, poderá incluir na conta dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO e SERVIÇOS COMPLEMENTARES valores relacionados a outros serviços públicos prestados por terceiros aos seus USUÁRIOS.

3.10 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

1. São direitos e deveres dos USUÁRIOS, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:
 - 1.1. receber o SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto


Julio Jose Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

SANITÁRIO em condições adequadas e, em contrapartida, pagar a respectiva TARIFA;

- 1.2. receber do CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA, e dos órgãos de regulação (ARMUP e ARPE) todas as informações necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;
- 1.3. levar ao conhecimento dos órgãos de regulação, do CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à CONCESSÃO;
- 1.4. comunicar à ARMUP, ao CONCEDENTE ou ao MUNICÍPIO os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONCESSIONÁRIA ou seus prepostos na execução do CONTRATO;
- 1.5. contribuir para a permanência das boas condições dos SISTEMAS e dos bens públicos, por intermédio dos quais são prestados os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO e os SERVIÇOS complementares;
- 1.6. cumprir o REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e o Regulamento específico para despejos industriais, aprovado pelo Decreto Estadual nº 18.251, e suas posteriores alterações, inclusive resoluções da ARMUP, bem como a legislação que disciplina a matéria;
- 1.7. receber da CONCESSIONÁRIA as informações necessárias à utilização dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO;
- 1.8. pagar com pontualidade os valores decorrentes da prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;
- 1.9. pagar pontualmente a TARIFA cobrada pela CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS

PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;

- 1.10. responder, na forma da lei, perante a CONCESSIONÁRIA, pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização de suas instalações;
- 1.11. consultar a CONCESSIONÁRIA, anteriormente à instalação de tubulações internas, quanto ao local do ponto de entrega da água tratada e o de coleta da água servida;
- 1.12. solicitar à CONCESSIONÁRIA qualquer alteração que pretenda fazer no ponto de entrega da água ou no de coleta da água servida;
- 1.13. autorizar a entrada de prepostos da CONCESSIONÁRIA, devidamente credenciados, nos imóveis que estejam ocupando para que possam ser executados os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO ou os SERVIÇOS COMPLEMENTARES, podendo, inclusive, instalar os equipamentos necessários à sua regular prestação;
- 1.14. manter as instalações internas, tais como caixa de água, tubulações e conexões, dentre outras, sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas;
- 1.15. averiguar qualquer vazamento de água existentes nas instalações internas, reparando-as imediatamente.

3.11 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. Incumbem ao CONCEDENTE na ÁREA AFETA À CONCESSÃO, sem prejuízo das obrigações previstas na legislação aplicável e no CONTRATO DE CONCESSÃO, os seguintes encargos:

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Júlio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

- 1.1. fornecer todas as informações e dados disponíveis de qualquer natureza relacionados à CONCESSÃO, solicitados por escrito pela CONCESSIONÁRIA;
- 1.2. pagar à CONCESSIONÁRIA as indenizações previstas na legislação aplicável e neste CONTRATO, quando devidas, decorrentes da extinção da CONCESSÃO;
- 1.3. declarar bens imóveis de utilidade pública, em caráter de urgência, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias de bens imóveis para assegurar a realização e a conservação de serviços e obras vinculados à CONCESSÃO;
- 1.4 promover e desenvolver medidas que assegurem a adequada preservação e conservação do meio ambiente;
- 1.5. ASSEGURAR À CONCESSIONÁRIA A PLENA UTILIZAÇÃO DOS BENS AFETOS À CONCESSÃO EM FACE DE QUALQUER INSTÂNCIA DO PODER PÚBLICO DE QUAISQUER DE SUAS ESFERAS;**
- 1.6 comunicar à ARMUP as reclamações recebidas dos USUÁRIOS;
- 1.7 conceder tempestivamente à CONCESSIONÁRIA, na forma da legislação aplicável, as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços públicos e das obras relacionadas ao SISTEMA.
- 1.8. desenvolver projetos que valorizem a economia de água, a fim de viabilizar políticas de preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente;
- 1.9. PROCEDER AO PAGAMENTO DAS TARIFAS REFERENTES AO CONSUMO MENSAL DOS BENS PRÓPRIOS, INCLUSIVE POR BANHEIROS, FONTES, TORNEIRAS PÚBLICAS E RAMAIS DE ESGOTOS SANITÁRIOS UTILIZADOS PELO MUNICÍPIO, OU DE**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Julio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

SUA RESPONSABILIDADE, QUE DEVERÃO SER PONTUALMENTE LIQUIDADOS.

- 1.10. MANTER EM SEUS ARQUIVOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO REFERENTE ÀS REDES, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, QUE LHE SERÃO ENCAMINHADOS PELA CONCESSIONÁRIA POSTERIORMENTE AO RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS;
 - 1.11. AUXILIAR A CONCESSIONÁRIA NO RELACIONAMENTO COM AS DEMAIS CONCESSIONÁRIAS de serviços públicos e com as comunidades de USUÁRIOS, buscando facilitar o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO.
 - 1.12. CUMPRIR E FAZER CUMPRIR AS DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS E AS CONDIÇÕES DESTE CONTRATO;
 - 1.13. ZELAR PELA BOA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;
 - 1.14. ESTIMULAR O AUMENTO DA QUALIDADE E O INCREMENTO DA PRODUTIVIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO PRESTADOS PELA CONCESSIONÁRIA.
2. Sem prejuízo das obrigações previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO, seus aditamentos e, nos termos da legislação aplicável, incumbe à ARMUP, observado os termos do Convênio de que trata o item 5, da Cláusula 3.5 deste ADITIVO durante a vigência do CONTRATO, os seguintes encargos:
- 2.1. regular e fiscalizar a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, bem como todas as obras e serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA, zelando por sua boa qualidade, sem que isso reduza ou exclua a responsabilidade intransferível da CONCESSIONÁRIA;

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Julio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

- 2.2. examinar todas as solicitações e documentos encaminhados pela CONCESSIONÁRIA, com vistas à construção, reformulação e/ou adaptação do SISTEMA EXISTENTE, sem prejuízo das autorizações pertinentes previstas na legislação em vigor;
- 2.3. aprovar o plano de investimentos necessário à expansão do SISTEMA EXISTENTE, de acordo com o presente CONTRATO, sem prejuízo das autorizações pertinentes previstas na legislação em vigor;
- 2.4. realizar auditorias periódicas nas contas e registros contábeis da CONCESSIONÁRIA;
- 2.5. receber os relatórios periódicos do auditor técnico externo;
- 2.6. solucionar definitivamente na esfera administrativa os litígios entre CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, bem como com os USUÁRIOS, nos termos deste CONTRATO;
- 2.7. receber, apurar e solucionar imediatamente queixas e reclamações dos USUÁRIOS, que serão cientificados das providências tomadas;
- 2.8. manter estrutura funcional e organizacional adequada para a fiscalização dos SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS, estabelecendo órgão interno de ouvidoria, encarregado de receber dos USUÁRIOS as reclamações e sugestões quanto aos SERVIÇOS PÚBLICOS prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- 2.9. receber da CONCESSIONÁRIA a taxa de fiscalização mencionada neste CONTRATO e destiná-la integralmente e exclusivamente para o cumprimento das atribuições da regulação mencionadas na legislação aplicável e neste CONTRATO;
- 2.10. analisar os relatórios contábeis, técnicos e econômicos e documentos similares enviados pela CONCESSIONÁRIA.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto


Julio Jose Soares dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

- 2.11. notificar o **CONCEDENTE**, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis, caso verifique irregularidades nas informações contidas nos relatórios enviados pela **CONCESSIONÁRIA**;
- 2.12. aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;
3. Além das obrigações constantes da legislação aplicável, do **REGULAMENTO DOS SERVIÇOS** e do **CONTRATO** são direitos e deveres da **CONCESSIONÁRIA**:
- 3.1. prestar o **SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO** adequado, na forma prevista no **CONTRATO**, no **REGULAMENTO DOS SERVIÇOS** e nas demais disposições técnicas aplicáveis;
- 3.2. manter em dia o inventário e o registro dos bens afetos e os não afetos à **CONCESSÃO**;
- 3.3. elaborar relatórios anuais de desempenho, em conformidade com o disposto na cláusula 3 deste Aditivo;
- 3.4. **permitir aos encarregados da fiscalização em geral, e em especial ao CONCEDENTE** e à **ARMUP**, o seu livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à **CONCESSÃO**, bem como aos seus registros contábeis;
- 3.5. **prestar, no prazo determinado, as informações que lhe forem solicitadas pelo CONCEDENTE** e pela **ARMUP**, e por outras autoridades relacionadas ao objeto do **CONTRATO DE CONCESSÃO**;
- 3.6. zelar pela integridade dos bens afetos ou não afetos à **CONCESSÃO**, adotando as providências necessárias, inclusive judiciais, para a garantia do patrimônio vinculado à **CONCESSÃO**;

- 3.7. informar aos USUÁRIOS acerca do desempenho dos serviços prestados, das metas e objetivos alcançados e a alcançar, das razões e da forma de cálculo do REAJUSTE e da REVISÃO das TARIFAS, observados os prazos previstos no CONTRATO;
- 3.8. providenciar para que seus empregados e agentes, bem como de suas contratadas, encarregados da segurança de bens e pessoas, sejam registrados perante as repartições competentes, adotem visível identificação funcional, utilizem os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva exigidos pela legislação aplicável e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade competente e aos USUÁRIOS;
- 3.9. manter, na sede da administração e em seus escritórios regionais, livros numerados e visados pela ARMUP, bem como sistema de atendimento e de recebimento de reclamações por telefone, acessível por ligação gratuita, destinados ao registro de reclamações ou queixas relativas à prestação de SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO e à conduta da CONCESSIONÁRIA e de seus prepostos;
- 3.10. apresentar à ARMUP e ao MUNICIPIO relatórios técnicos e demonstrativos operacionais e financeiros, de forma anual e consolidada, de modo a retratar o fiel andamento do CONTRATO DE CONCESSÃO;
- 3.11. indicar de forma justificada com 60 (sessenta dias) de antecedência ao CONCEDENTE as áreas que deverão ser declaradas de utilidade pública e instituídas como servidões administrativas, para que o MUNICÍPIO ou o ESTADO DE PERNAMBUCO, quando for o caso, promovam as

respectivas declarações de utilidade pública;

- 3.12. promover as desapropriações e servidões sobre bens imóveis declarados de utilidade pública pelo MUNICÍPIO, seja mediante acordo ou por intermédio de ação judicial, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes, bem assim propor limitações administrativas de caráter geral ao uso de imóveis, ocupando-os, provisoriamente, quando autorizado por decreto do ESTADO ou do MUNICÍPIO;
- 3.13. promover, durante o prazo da CONCESSÃO, análises de laboratório correspondentes ao desempenho de cada Unidade, bem como as análises para garantir a boa qualidade da água fornecida e que o esgoto tratado esteja dentro dos parâmetros e prazos estabelecidos pela legislação, observado o REGULAMENTO DOS SERVIÇOS;
- 3.14. adotar as medidas necessárias para coibir o uso indevido ou a ocupação não autorizada dos bens integrantes da CONCESSÃO;
- 3.15. obter, junto às autoridades competentes as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução das obras ou SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO;
- 3.16. pagar à ARMUP, a taxa de fiscalização prevista neste CONTRATO;
- 3.17. responder, nos termos da lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos causados por si ou seus prepostos no exercício da execução das atividades da CONCESSÃO;
- 3.18. manter em situação regular os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes do CONTRATO DE CONCESSÃO.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto


PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Júlio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

3.12 - DA COBERTURA DOS RISCOS

1. A CONCESSIONÁRIA durante o prazo de vigência da CONCESSÃO deverá manter a efetiva política de cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades relacionadas à CONCESSÃO, bem como àqueles previstos neste CONTRATO, nos termos e condições aprovadas pela ARMUP, através de contratos existentes, ou de novos contratos a serem negociados pela CONCESSIONÁRIA.

3.13. Reversão dos Bens que Integram a CONCESSÃO

1. Na extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO, todos os bens afetos à exploração permanecerão vinculados à prestação dos serviços, sem prejuízo das indenizações cabíveis, na proporção dos investimentos realizados.
2. Para os fins previstos no item 1., obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar os bens ali referidos em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso, inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

3.14 - Da Proteção Ambiental

1. A CONCESSIONÁRIA DEVERÁ SE SUBMETTER A TODAS AS MEDIDAS ADOTADAS PELAS AUTORIDADES COM PODERES DE FISCALIZAÇÃO DE MEIO AMBIENTE, NO ÂMBITO DAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS, OBSERVANDO SEMPRE O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO E SUAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES.
2. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela obtenção das licenças ambientais necessárias à execução das

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Julio José Gomes dos Santos
Procurador Geral do Município

obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos da CONCESSÃO.

3. A CONCESSIONÁRIA, desde que cumpridas as normas ambientais pertinentes, poderá opor ao CONCEDENTE, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais de que trata este item, exceções ou meios de defesa como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos da CONCESSÃO.
4. A CONCESSIONÁRIA deverá adaptar o seu cronograma de investimentos, nas ÁREAS AFETAS À CONCESSÃO, nos termos de deliberação da autoridade ambiental federal, estadual ou municipal, que venha oportunamente a tratar das metas e parâmetros previstos neste CONTRATO e atinja ditos investimentos, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
5. NA HIPÓTESE DE O MUNICÍPIO SER OBRIGADO A RESSARCIR A CONCESSIONÁRIA, POR FORÇA DA APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NESTA CLÁUSULA, O PAGAMENTO SE FARÁ MEDIANTE COMPENSAÇÃO ACORDADA ENTRE AS PARTES.

3.15 - DO CONTROLE SOCIAL

1. As PARTES BUSCARÃO IMPLEMENTAR OS MECANISMOS QUE ASSEGUREM, NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 11.445, DE 05 DE JANEIRO DE 2007, O CONTROLE SOCIAL DOS SERVIÇOS, INCLUSIVE COM PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃO COLEGIADO DE CARÁTER CONSULTIVO, JÁ EXISTENTE OU A SER CONSTITUÍDO ENTRE AS PARTES, EM COMUM ACORDO, COM A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DO CONCEDENTE, DA CONCESSIONÁRIA E DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

3.16 - DOS CONTRATOS DA CONCESSIONÁRIA COM TERCEIROS

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Júlio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município

1. Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo da CONCESSÃO.
2. Os contratos de que trata o item supra serão regidos pelo Direito Privado, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica de terceiros com o CONCEDENTE.
3. A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares da CONCESSÃO.

3.17 - DAS OBRAS

1. Para execução das obras, a CONCESSIONÁRIA deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem assim utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.
2. A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pelo desenvolvimento e execução dos projetos básicos e executivos pertinentes à execução das obras.

3.18 - Das Expropriações e Servidões Administrativas

1. Cabe à CONCESSIONÁRIA, como entidade delegada do CONCEDENTE, promover desapropriações, instituir servidões administrativas, propor limitações

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Julio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município

- administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à CONCESSÃO.
2. Os ônus decorrentes das desapropriações ou imposição de servidões administrativas, seja por acordo, seja pela propositura de ações judiciais, sempre correrão à conta da CONCESSIONÁRIA.
 3. O disposto no item acima aplica-se também à autorização para ocupação provisória de bens imóveis, bem assim para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral, para o uso de bens imóveis necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

3.19 - DAS PENALIDADES E DE SUA FORMA DE APLICAÇÃO

1. A falta de cumprimento, por parte da CONCESSIONÁRIA, de qualquer cláusula do CONTRATO DE CONCESSÃO ou seus aditivos, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas e das demais penalidades previstas na legislação pertinente, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

a) - advertência, e

b) - multa.

- 1.1 A penalidade de advertência e a multa, respeitados os limites previstos, serão aplicadas segundo a gravidade da infração.

- 1.2. No caso de a CONCESSIONÁRIA vir a reincidir na infração, ficará sujeita, daí por diante, à aplicação da mesma sanção de multa que será aplicada em valor dobrado.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Júlio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

- 1.3. O valor total das multas aplicadas a cada mês não poderá exceder os limites previstos na Legislação em vigor no âmbito do Estado de Pernambuco, aplicável em relação aos demais municípios em que a CONCESSIONÁRIA opera.
- 1.4. A ARMUP definirá, por intermédio de Resolução, procedimentos adicionais para apuração dos fatos e aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

3.20 - DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

1. A extinção da concessão dar-se-á nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, mediante:
- a) - advento do termo contratual;
 - b) - encampação;
 - c) - caducidade;
 - d) - rescisão;
 - e) - anulação; e
 - f) - falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.
2. O advento do termo final do CONTRATO opera, de pleno direito, a extinção da CONCESSÃO.
3. Extingue-se a CONCESSÃO por decisão do CONCEDENTE, mediante aprovação de lei específica que regule a encampação dos serviços, após o pagamento das indenizações.

3. A CONCESSÃO poderá ser extinta caso a CONCESSIONÁRIA venha a ser declarada falida ou no caso de extinção da CONCESSIONÁRIA.
3.1. Na hipótese de dissolução ou liquidação da CONCESSIONÁRIA, não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que as partes atestem, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os bens afetos à CONCESSÃO que serão revertidos livres de ônus; ou sem que se efetue o pagamento das quantias devidas a título de indenização ou a qualquer outro título.
4. As demais hipóteses de rescisão da concessão obedecerão aos termos disciplinados na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações em vigor até a data da assinatura deste ADITIVO, sem prejuízo dos ajustes existentes entre as partes.
5. A extinção total ou parcial da CONCESSÃO faculta ao CONCEDENTE, a seu exclusivo critério, o direito de manter a CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO até que se processe e finalize a outorga de nova concessão. Nesse caso, sem prejuízo da reversão dos bens afetos à CONCESSÃO, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a continuar a prestar, de maneira adequada, os serviços públicos, nas mesmas bases do CONTRATO, até que ocorra a substituição por outra concessionária, respeitado o equilíbrio econômico financeiro previsto no CONTRATO.
5.1. Em ocorrendo a extinção da CONCESSÃO, o CONCEDENTE poderá, a seu exclusivo critério, assumir os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA, desde que necessários à continuidade dos serviços públicos, incluindo-se

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Júlio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

dentre estes os contratos de financiamento das expansões previamente aprovadas e que não comporte período de amortização superior ao prazo restante ao término da CONCESSÃO.

5.2. Extinta a CONCESSÃO, opera-se a reversão, ao CONCEDENTE, dos bens afetos aos SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, na forma deste ADITIVO.

5.3. Revertidos os bens afetos à CONCESSÃO, na forma deste ADITIVO, haverá a imediata assunção dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO pelo CONCEDENTE, após a apuração e pagamentos das indenizações cabíveis.

CLÁUSULA 4 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Em virtude dos ajustes financeiros decorrentes da rescisão do Termo de Rescisão Amigável firmado em 19 de janeiro de 2003 e respectivos aditamentos, pactuados com base nas condições estipulados no Memorando de Entendimento firmado pelas partes em 19 de setembro de 2007, fica acordado que os efeitos da extinção da concessão, mesmo com o advento do termo final previsto no contrato, só se concretizarão após o cumprimento das obrigações financeiras ali pactuadas, tendo como data limite o dia 06 de novembro de 2037.
2. Até a data limite prevista no item acima, as partes se comprometem a cumprir fielmente as disposições constantes do CONTRATO DE CONCESSÃO e deste Aditivo, além das disposições legais de regência.
3. O percentual de que trata o item 2, da Cláusula 3.5 deste ADITIVO poderá ser revisto, mediante

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
João José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

- ajuste específico entre as partes, após o prazo de 5 (cinco) anos da vigência deste instrumento;
4. O início da vigência do presente Termo Aditivo está condicionado à aprovação e publicação, pelo Município de Petrolina, de Lei específica autorizando a sua celebração por parte da Edilidade, bem como dispendo acerca da revogação das Leis Municipais nº 1.194, de 03 de dezembro de 2002 e nº 1.240, de 06 de maio de 2003.

CLÁUSULA 5 - DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO ADITIVO

1. **Dentro de 20 (vinte) dias que se seguirem à assinatura deste ADITIVO, o CONCEDENTE** providenciará a publicação do extrato do mesmo no Diário Oficial do Estado.
2. **O CONCEDENTE providenciará a remessa de cópia deste CONTRATO ao Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco, à Procuradoria Geral do Estado e à Procuradoria do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da sua assinatura.**

CLÁUSULA 6 - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Petrolina, Estado de Pernambuco, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento. Para plena eficácia jurídica, as partes datam e assinam o presente Aditivo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais.

Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, que serão assinadas pelos representantes do CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e do ESTADO, juntamente com duas testemunhas, para

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

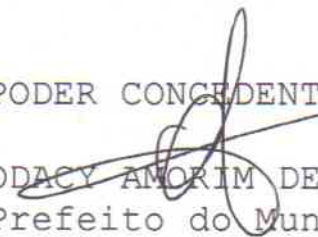
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Julio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

que produza seus regulares efeitos, obrigando-se
entre si herdeiros e sucessores.

Recife, de de 2007.

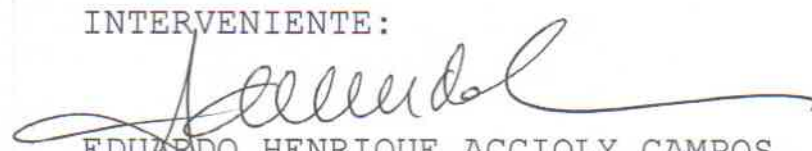
PODER CONCEDENTE:


ODACY AMORIM DE SOUZA
Prefeito do Município de Petrolina

CONCESSIONÁRIA:


JOÃO BOSCO DE ALMEIDA
PRESIDENTE DA COMPESA

INTERVENIENTE:


EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado de Pernambuco

TESTEMUNHAS:

Nome: ROBERTO CAVALCANTI TAVARES
CPF/MF: 712.214.414-34

Nome: ITAMARA FERNANDES LIMA
CPF/MF: 170.215.704-06

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO


Thiago Arraes de Alencar Norões
Procurador Geral Adjunto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Júlio José Torres dos Santos
Procurador Geral do Município
de Petrolina-PE

